

EDUARDO BRITO

-5 JUN 1990

CORREIO BRAZILIENSE

Trincheiras *Congresso*



O aceno de paz feito pelo Governo na questão da prestação de informações pela ministra Zélia Cardoso de Mello, um dos vários pontos de estrangulamento nas suas relações com o Congresso,

não eliminou o risco de um confronto no decorrer desta semana. É que persiste, sem solução à vista, o problema da Medida Provisória nº 190, de longe o mais grave em termos de perigo para o plano econômico.

Esse é um aspecto curioso no tratamento da medida. Mesmo os líderes da oposição moderada, no Senado e na Câmara, reconhecem que esse perigo existe. Reconhecem que a concessão de reajustes salariais indiscriminadamente pelos tribunais regionais do Trabalho, a pretexto de reposição, poderia fulminar o plano. E não desejariam ser responsabilizados por isso. De outro lado, não podem ignorar as consequências institucionais da adoção de uma medida reeditada após rejeição.

O precedente assim aberto permitir a qualquer governo dirigir o País por decretos sucessivamente reeditados, sob o nome de medidas provisórias, tornando-as na prática permanentes e atendendo aparentemente às exigências constitucionais via maquiagem. Bastaria mudar algumas vírgulas, alguns números, algumas palavras e a mágica estaria feita.

Os líderes de oposição têm hoje pela manhã um encontro com o presidente do Senado, Nelson Carneiro, em uma tentativa de convencê-lo a devolver de ofício a Medida nº 190. Se o senador já tendia a remeter a medida ao plenário, essa postura reforçou-se com a recordação, feita em reunião da Mesa, do incidente ocorrido ainda nos tempos de Sarney, quando o presidente em exercício do Senado — aliás o atual líder do Governo, José Ignácio — devolveu-lhe uma medida provisória. Estabeleceu-se um **pingue-pongue** institucional e, no fim, o

plenário aceitou a medida. É isso que Nelson Carneiro quer evitar.

Falhando essa primeira trincheira, a oposição levantará questão de ordem no plenário, que em última análise decidirá. A partir daí será a briga pelo voto, buscando-se derrubar a medida no próprio plenário. Desta vez, mobilizada, a liderança do Governo tem esperanças de vencer, impedindo que se reviva a rejeição ocorrida com a Medida nº 185. Hoje, o exame da Medida nº 184 pode dar uma idéia da relação de forças. Paralelamente, corre a impugnação feita pelo procurador-geral da República no Supremo. Como tanto a sessão do Congresso para exame da Medida nº 190 quanto a sessão do Supremo para análise do pedido estão marcadas para o mesmo dia — esta quarta-feira — é impossível haver certeza a respeito de qual decisão sairá antes, mesmo porque Congresso e Supremo podem adiá-las, dada a complexidade do assunto.

Já com o pedido de informações à ministra Zélia, o líder José Ignácio encontrou uma solução salomônica. Zélia deixa de exigir um pronunciamento do plenário do Senado, dando-o como já ocorrido e prometendo entregar a listas que fizeram retiradas às vésperas da decretação do plano. Se a ministra insistisse na sua tese original, o Governo perderia: até aliados seus dispunham-se a votar contra.

A nova posição da ministra abrandou os ânimos. Alguns senadores ainda argumentam que o prazo pedido agora por ela facilitaria um **expurgo** da lista. Mas essa posição não parece ser a da maioria do Senado, inclusive por saber-se que um **expurgo**, com a retirada de nomes eventualmente comprometedores, fatalmente vazaria. Os bancários se encarregariam dessa fiscalização. De qualquer forma, só hoje é que se terá uma decisão.

HOMENAGEM

Em meio a tantas arestas, o Congresso uniu-se ontem na homenagem ao jornalista Edilson Cid Varela. No plenário, todos os senadores presentes, de todos os partidos, participaram dessa homenagem.